



RELATÓRIO DE INSPEÇÃO GABINETE DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM

COMARCA	Belém
UNIDADE INSPECIONADA	4ª Vara Cível e Empresarial da Capital
COMPETÊNCIA DA UNIDADE	Cível e Comércio, Resíduos, Fundações e Acidente de Trabalho
DATA DE INSPEÇÃO/EDITAL	Editais nº 006/2023-CGJ, Diário de Justiça de 24/04/2023
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO NA UNIDADE	Lorena Bentes Amaro (matrícula 97667)
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO DA CGJ	Breno Peck de Barros Mello (analista judiciário lotado na CGJ mat. 125482)

1. INFORMAÇÕES GERAIS DO GABINETE (Dados Funcionais e Administrativos):

1.1. Juiz/Juíza de Direito/Período de titularidade ou exercício:

Roberto Andrés Itzcovich

1.2. Afastamentos do(a) magistrado (a) nos últimos 3 (três) meses:

- Férias: 0
- Folgas compensatórias: 0
- Licenças: 0

1.3. Se a Unidade compõe comarca com mais de uma Vara, qual foi o último período de plantão que houve atuação do(a) magistrado(a)?

28 a 30/04/2023

1.4. Quantos expedientes encontram-se pendentes de resposta à Presidência, Corregedoria, Ouvidoria, Coordenadorias, Seção de Direito Penal e Turmas de Direito Penal?

A unidade informou que há 02 expedientes pendentes de resposta no PJECor, com prazo em curso.

Foram localizados os seguintes procedimentos:

- REP 0001218-70.2023.2.00.0814: demora na prestação jurisdicional.
- REP 0001136-39.2023.2.00.0814: demora na prestação jurisdicional.
- PP 0003475-05.2022.2.00.0814: inspeção do CNJ.

Na ouvidoria, foram localizados os seguintes expedientes:

- Protocolo 239.026.970.660: Morosidade Processual (relato CNJ 371708) ref. Processo 0666669-33.2016.8.14.0301, com prazo de resposta até 23/04/2023 calculado com base no art. 9º, §1º da Resolução nº 432/2021 do Conselho



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Nacional de Justiça, e, por este motivo, reiterado 12/04 e 10/05/2023.

- Protocolo 230.057.618.932: Morosidade Processual ref. Processo: 0851180-98.2018.8.14.0301, com prazo para resposta até 13/06/2023, calculada cf. art. 9º, §1º da Resolução nº 432/2021 do Conselho Nacional de Justiça);
- Protocolo 237.047.611.364: Morosidade Processual (ref. Processo: 0039359-09.2013.8.14.0301), com prazo para resposta até 05/06/23, calculado cf. art. 9º, §1º da Resolução nº 432/2021 do Conselho Nacional de Justiça).

1.5. Qual a data de realização da última reunião entre magistrado(a) e servidores(as) para confecção/atualização do plano de ação da Unidade?

No dia 01/03/2023

1.6. A(o) magistrada(o) observa a Resolução nº6 de abril de 2023 que determinou o retorno às atividades presenciais a todos os integrantes do Poder Judiciário do Estado do Pará? Caso encontre-se serviço remoto indicar o nº do expediente que autorizou a modalidade.

Não foi identificada audiência de instrução que pudesse ser confirmada a presença física do magistrado em gabinete a quando da realização das audiências.

1.7. A(o) magistrada(o) observa a Resolução nº 21, de 23 de novembro de 2022, que regulamenta o cumprimento digital de ato processual e de ordem judicial no âmbito do Poder Judiciário do Pará, com a alteração no texto do art. 4º determinada na Resolução 6. /2023?

Semelhante ao item anterior.

2. CORPO FUNCIONAL DA UNIDADE:

2.1. Quadro de pessoal:

2.1.1. Gabinete:

Vínculo do(a) servidor(a)	Quantitativo
Efetivos(as)	4
Exclusivamente comissionados(as)	1
Cedidos(as)/Requisitados(as)	0
Estagiários(as)	2
Terceirizados(as)	0

Informe local de trabalho para pesquisa:

Gabinete da 4ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Belem

SubArea Forum Cível
Lotação Gabinete da 4ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Belem
Gestor(a) Marinez Catarina Von Lohrmann Cruz Arraes
Localização FORUM CIVEL PROF. DR. DANIEL COELHO DE SOUZA
Telefones (91)3205-2236

E-mail Institucional

Nome	Vínculo	Grupo	Situação
Daniele dos Reis Oliveira	Exclusivamente Comissionado	Comissionado	Normal
Diana Gabriela de Oliveira Silva e Souza	Efetivo	Analista Judiciário	Normal
Fabiola Sonia Rodrigues da Conceicao	Efetivo	Analista Judiciário	Normal
Kamila Fonseca Klautau	Efetivo	Auxiliar Judiciário	Normal
Lorena Bentes Amaro	Efetivo	Auxiliar Judiciário	Normal



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

A inspeção constatou que há poucos servidores atuando presencialmente na unidade. Dois deles se encontram em licença saúde, e há mais dois em teletrabalho. Na ocasião da reunião, só havia o magistrado e uma servidora presentes na unidade, além de dois estagiários.

2.2. Há servidores(as) que executam suas atividades em regime de teletrabalho? (Portaria n. 2897/2019, de 17/06/2019). Em caso positivo, de que forma é feito o controle de produtividade? (anexar planilha dos últimos 03 meses)

Foi respondido que há duas servidoras lotadas no Gabinete executando suas atividades em regime de teletrabalho. Na ocasião, foi realizada reunião com as servidoras em teletrabalho por videoconferência, sendo coletadas suas impressões e repassadas instruções. As servidoras demonstraram domínio e conhecimento no trabalho desenvolvido.

2.3. Como é feito controle de produtividade dos(as) servidores(as) em regime de trabalho presencial? (anexar planilha dos últimos 03 meses)

Por meio de relatórios mensais e acompanhamento de metas estabelecidas.

Foi recomendado na ocasião da inspeção que a unidade faça controle de produtividade baseada nas metas estabelecidas no plano de ação da unidade.

2.4. Como é feito o acompanhamento da produtividade do servidor a partir das metas fixadas e o plano de ação 2023?

Não há acompanhamento das atividades a partir de plano de ação.

3. INSTALAÇÕES DA UNIDADE:

3.1. Houve pleito administrativo para resolução de problemas estruturais identificados na última correição tanto do gabinete como da Secretaria? Qual última movimentação do expediente?

Não.

Neste assunto, constata-se que o gabinete é amplo, dividido em quatro seções (atendimento, assessoria, sala de audiências e sala do magistrado). Os espaços são em geral ociosos, desocupados. Não obstante, a divisão é inadequada, com o atendimento e assessoria sendo as maiores salas, porém majoritariamente vazias, com a sala de audiências pequena e com sala do magistrado dividida em uma grande antessala.

4. DADOS ESTATÍSTICOS:

4.1. PROCESSOS JUDICIAIS:

*Data de coleta de dados pela Unidade: 02/05/2023.

Dados processuais	Total no período	Total na data
-------------------	------------------	---------------



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

	da extração dos dados	Inspeção
Total de processos em tramitação na Vara, incluindo suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente (acervo total)	6774	5.740
Total de processos suspensos, sobrestados ou arquivados provisoriamente	297	168
Total do acervo com prioridade	1959	2.156
Total de processos sem movimentação há mais de 100 dias em Secretaria (excluídos suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente)	1682	511
Total de processos conclusos para o(a) magistrado(a)	1535	2.547
Total de processos conclusos para o(a) magistrado(a) há mais de 100 dias	667	934
Total de processo envolvendo prioridade legal conclusos há mais de 100 dias	347	382

* **Quantitativo elevado de processos com suspeição por foro íntimo do magistrado.**

4.2. Consultando o painel de gestão judiciária foi verificado processo com prioridade paralisado há mais de 100 (cem) dias em Secretaria?

A unidade anotou que havia 383 (trezentos e oitenta e três) processos paralisados com prioridade em secretaria, conforme dados extraídos do Painel de Gestão Judiciária – PGJ.

Foi verificado que a unidade tem seu magistrado suspeito e impedido contra Equatorial, Banco do Brasil e escritório de advocacia Baglioli Dammski, Bulhões, Costa & Simões.

4.3. É utilizada a ferramenta de acompanhamento de processos paralisados para evitar que entrem nos 100(cem) dias sem movimentação?

Não é utilizada ferramenta para prevenir a paralisação para além de cem dias. Desta forma, a Unidade foi orientada a traçar estratégia para reduzir o acervo paralisado, redistribuindo tarefas e atuando também nos processos prestes a chegar a paralisação de cem dias, atuando também naqueles prestes a completar este tempo, definindo um “ponto de corte”, que foi sugerido de 50 ou 70 dias.

Ademais, foi sugerido que a unidade faça triagem dos processos digitalizados para verificar se organização dos autos está feita corretamente.

4.4. FLUXO PROCESSUAL NOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) MESES:

*Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária

PROCESSOS JUDICIAIS	QUANTIDADE
Total de processos distribuídos e redistribuídos	590
Total de processos julgados	373
Total de processos baixados definitivamente do acervo	1409



4.5. PRODUTIVIDADE DO(S) MAGISTRADO(S) NOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) MESES:

*Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária

ATOS PROCESSUAIS DOS(AS) JUIZ(AS):	QUANTIDADE
Decisões	381
Despachos	392
Sentenças com resolução de mérito	134
Sentenças sem resolução de mérito	220
Audiências realizadas	49

4.6. O Quadro de produtividade é publicado no quadro de avisos do Fórum?

Não.

5. METAS NACIONAIS:

5.1. Quem realiza o controle/acompanhamento dos índices de cumprimento das Metas Nacionais? Existe plano de ação adotado na unidade. Anexar.

O magistrado titular da Vara é quem realiza o acompanhamento, conforme plano de ação enviado em anexo.

A unidade foi orientada a elaborar plano de ação mais detalhado, com divisão de funções, estratégia para abordar os paralisados há mais de cem e há quase cem dias, limpeza dos agrupadores como estratégia de saneamento do acervo é de identificação de processos de baixa complexidade.

5.2. Foram assistidos os vídeos instrucionais que constam na página institucional do TJPA (gestão judiciária)?

Não, porque ao abrir os vídeos os mesmos ficam travados e sem áudio.

A unidade foi orientada a buscar acessar os vídeos novamente, eis que não identificados os erros com print da tela.

5.3. Quantos processos precisam ser julgados para cumprimento da Meta 2 Nacional 2023? (gestão judiciária)?

784 processos , segundo dados do Painel de Gestão Judiciária – PGJ.

Corregedoria Geral:

Inserir print de tela do Painel de Metas Nacionais na data da Inspeção



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA



6. METAS E DIRETRIZES DA CNJ/2023:

7.1. Qual o quantitativo de processos que se encontram suspensos, aguardando julgamento pelas Cortes Superiores e pelo Tribunal como precedentes obrigatórios? Quais temas? (Diretriz 6 Corregedoria Nacional 2023)

A unidade informou que, em pesquisa ao Sistema PJE, atualmente nenhum processo em trâmite na Vara se encontra suspenso aguardando julgamento pelas Cortes Superiores e pelo Tribunal como precedentes obrigatórios.

7.2. Após o julgamento de precedentes obrigatórios firmados pelas Cortes superiores e pelo Tribunal, qual o prazo para retomada do julgamento dos processos individuais então suspensos? (Diretriz estratégica 6 da Corregedoria Nacional 2023)

Ver resposta item anterior. Comprometeram-se a caso ocorra de processos serem suspensos para fins de precedente, tão logo fixado este, no prazo máximo de 30 dias retomarão o tramite regular.

7.3. Por quais ferramentas de consulta são acompanhados os julgamentos dos temas que buscam fixação de precedente obrigatório? Com que regularidade/periodicidade são feitas as consultas?

Em complemento, a unidade foi orientada a consultar o banco de dados do NUGEPMAC, regularmente.
Foram constatados 168 (cento e sessenta e oito) processos suspensos, por este motivo a unidade foi orientada a verificar a lista atrás de processos suspensos por motivo de julgamento de precedentes que porventura já tivessem sido julgados.

7.4. Quantas audiências concentradas foram realizadas para reavaliar as medidas socioeducativas de interação e semiliberdade (infância e juventude), bem como audiências concentradas pelo acolhimento de crianças e adolescentes, nos últimos 6 meses (infância e juventude)? (Diretriz estratégica 9 da Corregedoria Nacional 2023)

Prejudicado.



7.5. Quantas crianças e adolescentes encontram-se em acolhimento?

Prejudicado.

7.6. A unidade possui pendências de atualização no SNA ainda não corrigidas, considerando como parâmetro o último relatório trimestral da CEIJ?

Prejudicado.

7.7. De que forma Unidade alimenta e controla os dados registrados no BNMP nos termos da Resolução n. 417/2021 do Conselho Nacional de Justiça? A Unidade observa e realiza diligente e eficiente verificação do sistema para sanar eventuais inconsistências de informações e cadastros de mandado de prisão e alvará de soltura da(o)s ré(u)s, inclusive com verificação se a(o) ré(u) possui RJI (Registro Judicial Individual)? – (Resolução n. 417/2021-CNJ - Institui e regulamenta o Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP 3.0) e dá outras providências).

Prejudicado.

7.8. O cumprimento dos alvarás de soltura ou do mandado de desinternação observa o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas previsto no artigo 6º da Resolução n. 417/2021-CNJ?

Prejudicado.

7.9. Constatada a falta de cumprimento do alvará de soltura, na forma e prazo legal, o(a) juiz(a) comunica a irregularidade à Corregedoria-Geral de Justiça ou a do Juízo deprecado, bem como ao Ministério Público?

Prejudicado.

7.10. Ao expedir o alvará de soltura ou mandado de desinternação, a Unidade realiza consulta ao sistema nacional ou de informação criminal se o(a) acusado(a) foi preso(a) em flagrante por outro delito ou se há em seu desfavor mandados de prisão por outro crime? Qual o tempo médio para verificação?

Prejudicado

7.11. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, qual a periodicidade de fiscalização do funcionamento dos cartórios de registro de pessoas naturais em regime de plantão, nos finais de semana e feriados? (Diretriz estratégica 5 da Corregedoria Nacional 2023)

Prejudicado

7.12. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, informe se o cartório de registro de pessoas naturais possui posto avançado em maternidade e casa de saúde, assim como promove o cadastramento de parteiras nas localidades distantes? (Diretriz estratégica 5 da Corregedoria Nacional 2023)

Prejudicado

7.13. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, o assunto “Registro tardio” (TPU 7732) encontra-se devidamente identificado? Quantos processos com esse assunto encontram-se paralisados há mais de 100 (cem) dias? (Diretriz estratégica 5 da Corregedoria Nacional 2023)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Prejudicado.

7.14. Há na unidade localidade com concentração potencial de sub registro civil? Existe programação na unidade para a realização de ações que visem erradicar o sub registro civil? (Diretriz estratégica 5 da Corregedoria Nacional 2023)

Prejudicado

8. ROTINA DE TRABALHO DO GABINETE:

8.1. Quais as modalidades de atendimento ao público no gabinete?

Foi informado que o atendimento ocorre de forma presencial e remota, por meio de telefone e email.

Pela natureza das reclamações na Corregedoria há referência a dificuldade de atendimento em especial por advogado pelo magistrado.

Na ocasião o magistrado informou que tão logo o advogado identifique o processo de seu interesse que se encontre conclusos o processo é imediatamente movimentado.

8.2. Quantos processos migrados encontram-se pendentes de regularidade e não foram movimentados no PJE?

Foram relatados 35 (trinta e cinco) processos.

Foi orientado sobre a necessidade de ser procedida imediata regularização destes processos.

8.3. Quais as etiquetas adotadas exclusivamente para o gabinete? identificar

Principais: Urgente/ prioridade/ gratuidade/ Meta 2 CNJ/ tutela de urgência/ Inicial/Para emendar a inicial/ previdenciário/ audiência mês e ano/ Com sentença/ Em cumprimento de sentença/ impugnação ao Cumprimento de sentença/ Análise em bloco.

8.4. Por amostragem, verifique em 03 (três) processos que se encontravam suspensos se a unidade observou o procedimento recomendado na Nota Técnica elaborada pelo Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística-DPGE/TJPA, encaminhada através do ofício circular n. 048/2022-CGJ, quanto à premente necessidade de retirada da condição de suspensão/sobrestamento de autos antes do movimento de julgamento/baixa de processos no sistema PJE? (Ofício circular n. 048/2022-CGJ, expedido nos autos PJE COR n. 0002009-73.2.00.0814)

Em pesquisa ao sistema PJE, a unidade não localizou processos que atendam ao parâmetro da pesquisa, considerando a data da emissão da nota técnica (junho de 2022). Também não solicitou expediente à UPJ.

8.5. Por amostragem, verifique se os bens apreendidos vinculados aos feitos em tramitação na Unidade foram devidamente cadastrados no SNBA (Sistema Nacional de Bens Apreendidos). Caso na data da Inspeção já se encontre



disponibilizado pelo Conselho Nacional de Justiça a possibilidade de realização do cadastramento de bens através do novo Sistema Nacional de Gestão de Bens-SNGB, verifique, por amostragem, os cadastros realizados neste sistema, nos termos da Resolução n. 483/CNJ-2022. (Resolução n. 483-CNJ, de 19/12/2022 - Institui o Sistema Nacional de Gestão de Bens e dá outras providências)

Prejudicado.

8.6. Quantas notificações aguardam verificação pasta agrupadores? Qual a data da notificação mais antiga?

Foram identificadas 915 (novecentas e quinze) pela unidade, porém o gabinete não especificou como utiliza a ferramenta com auxílio para celeridade de processos.

8.7. Antes de proferir ato judicial, havendo indicação de peticionamento nos agrupadores, o gabinete adota rotina de clicar como lidos, contribuindo assim para melhor atualização do Processo Eletrônico?

Sim.

8.8. Qual o quantitativo de despachos, decisões e sentenças que foram estabelecidas para os 3 meses seguintes a inspeção pela Corregedoria?

A unidade não enviou resposta a esta pergunta.

Em inspeção, esclareceu que não estabeleceu este quantitativo, buscando atuar nos processos mais antigos, nas prioridades e nas urgências, o que não atende a necessidade das atividades a serem desenvolvidas pelo gabinete, razão do elevado número de processos paralisados e os que aguardam julgamento pelo Meta 2.

8.9. Por amostragem, com base na pauta de audiência do mês anterior, identifique o número de audiências realizadas na modalidade presencial, virtual ou híbrida, e se, no processo em que houve audiência não presencial constava pleito das partes ou do Ministério Público.

Foram realizadas 20 audiências na modalidade virtual. Não houve audiência com participação do Ministério Público.

Em posterior apuração, verificou-se que no mês de Abril de 2023 não foram realizadas audiências classificadas como de instrução no sistema. A amostragem abaixo referem-se apenas a audiências classificadas como de conciliação.

- **08671985820228140301:** não há cópia do termo de audiência nem qualquer outro documento referente ao ato, somente há movimentação de audiência realizada. No movimento posterior, há um despacho deferindo pedido realizado em audiência.
- **08671197920228140301:** audiência de conciliação com ausência da parte demandada (INSS).
- **08695447920228140301:** audiência de conciliação com ausência da parte demandada (INSS).

Em outra apuração, verificaram-se audiências realizadas entre os dias 25/04 e 31/05/2023. Em nenhuma delas o magistrado se fez presente, uma vez que se



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

tratavam de audiências de conciliação. Ressalte-se que, nos períodos pesquisados, não se registraram audiências classificadas como instrução. Segue detalhamento abaixo:

- 08784696420228140301 (ocorrida em 24/05/23); Parte ausente (INSS); seguiu para instrução
- 08803342520228140301 (ocorrida em 24/05/23); Parte ausente (INSS); seguiu para instrução
- 08804234820228140301 (ocorrida em 24/05/23); Parte ausente (INSS); seguiu para instrução
- 08821227420228140301 (ocorrida em 24/05/23); Parte ausente (INSS); seguiu para instrução
- 08842402320228140301 (ocorrida em 24/05/23); Parte ausente (INSS); seguiu para instrução
- 08699856020228140301 (ocorrida em 24/05/23); Parte ausente (INSS); seguiu para instrução
- 08700168020228140301 (ocorrida em 24/05/23); Parte ausente (INSS); seguiu para instrução
- 08700262720228140000 (ocorrida em 24/05/23); Parte ausente (INSS); seguiu para instrução
- 08701389320228140301 (ocorrida em 24/05/23); Parte ausente (INSS); seguiu para instrução
- 08701458520228140301 (ocorrida em 24/05/23); Parte ausente (INSS); seguiu para instrução
- 08408457820228140301 (ocorrida em 18/05/23); Parte ausente (INSS); seguiu para instrução
- 08367154520228140301 (ocorrida em 18/05/23); Parte ausente (INSS); seguiu para instrução
- 08743921220228140301 (ocorrida em 10/05/23); Parte ausente (INSS); seguiu para instrução
- 08731120620228140301 (ocorrida em 09/05/23); Parte ausente (INSS); seguiu para instrução
- 08722079820228140301 (ocorrida em 09/05/23); Parte ausente (INSS); seguiu para instrução
- 08722019120228140301 (ocorrida em 09/05/23); Parte ausente (INSS); seguiu para instrução.
- 08926498520228140301 (ocorrida em 31/05/23); foi firmado acordo no CEJUSC.
- 08745211720228140000 (ocorrida em 10/05/23); ambas partes ausentes (autor e INSS); sem vídeo
- 08734091320228140301 (ocorrida em 10/05/23); ambas partes ausentes (autor e INSS); sem vídeo
- 08811691320228140301 (ocorrida em 09/05/23); ambas partes ausentes (autor e INSS); sem vídeo
- 08695447920228140301 (ocorrida em 25/04/23); ambas partes ausentes (autor e INSS); sem vídeo.

Importante ressaltar que, conforme dados apurados pelo Painel de Gestão Judiciária



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

– PGJ (em 01/06/23), a unidade não realizou nenhuma audiência de instrução entre 01/01/2023 e 31/05/2023.

BELÉM 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM

TAXA DE REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS
73%

Data da audiência: 01/01/2023 31/05/2023

AUDIÊNCIAS

TIPO DE AUDIÊNCIA	QUANTIDADE
AUDIÊNCIAS_DESIGNADAS	95
AUDIÊNCIAS_REALIZADAS	69
AUDIÊNCIAS_REDESIGNADAS	9

Assinante: Todos

Lista de processos movimentados pelo gabinete

Nº PROCESSO	CÓD. CLASSE	CLASSE	DATA
08784696420228140301	7	Procedimento Comum	24/05/2023
08445940620228140301	7	Procedimento Comum	24/05/2023
08354521220218140301	7	Procedimento Comum	29/05/2023
08446694520228140301	7	Procedimento Comum	29/05/2023
08683192420228140301	7	Procedimento Comum	29/05/2023
08763771620228140301	7	Procedimento Comum	29/05/2023
08785614220228140301	7	Procedimento Comum	29/05/2023
08926498520228140301	7	Procedimento Comum	29/05/2023
08992804520228140301	7	Procedimento Comum	29/05/2023
08456212420228140301	7	Procedimento Comum	31/05/2023
08482688920228140301	7	Procedimento Comum	31/05/2023
08496692620228140301	7	Procedimento Comum	31/05/2023
08447639020228140301	7	Procedimento Comum	31/05/2023
08909254620228140301	7	Procedimento Comum	31/05/2023
08926498520228140301	7	Procedimento Comum	31/05/2023
08158206320228140301	7	Procedimento Comum	31/05/2023

Conciliação: 173

8.10. Quantas audiências de instrução e julgamento estão pautadas para o presente mês?

25 audiências, na modalidade virtual, sendo asseverado sobre a necessidade de observância da Resolução nº 6/23 do TJP, que determina o retorno presencial dos magistrados.

8.11. A pauta de audiência é inserida no PJE pelo gabinete?

Sim.

8.12. Para qual data está pautada a audiência mais distante?

29/11/2023.

Tendo em vista a pequena quantidade de audiências realizadas no dia, semana e mês, a unidade foi orientada a aumentar o número para cinco por dia, enfatizando nas audiências de instrução e remetendo as conciliações, em bloco, para projetos do NUPEMEC, agregando os processos por matéria.

8.13. Quando identificada possibilidade de conciliação entra as partes é designada audiência de conciliação?

Sim.

8.14. É solicitada designação de conciliador ou indicado CEJUSC para atuar junto à unidade em busca de conciliação?

Não.

A unidade foi orientada a solicitar auxílio do Nupemec, agrupando processos por matéria



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

8.15. Na hipótese de MANDADO URGENTE está sendo observado Provimento conjunto nº 009/2029 – CJRMV/CJCI, que estabelece a necessidade de ordem judicial expressa para envio de mandado nessa modalidade à Central de Mandados?

Os mandados são expedidos pela UPJ observada a ordem cronológica das decisões, ressalvadas as hipóteses de urgência e as prioridades de tramitação. No caso dos mandados de audiência a expedição respeita a antecedência mínima de 40 dias.

8.16. Quantos processos foram baixados no mês anterior?

754.

9. CORREIÇÃO ANUAL:

15.1. Data da última correção anual realizada na Unidade Judicial:

03/02/2023

15.2. Existem registros de recomendações pela Corregedoria em decisão correicional referente a última correção ordinária anual realizada pela unidade judicial? Identificar as não cumpridas

Sim. Atingir a meta estipulada para redução dos processos paralisados há mais de 100 dias, bem como julgar os processos indicados na Meta 02 – **Não cumprida.**

Belém/PA, data conforme assinatura eletrônica.

SILVIA MARA BENTES DE
SOUZA COSTA:4596

Assinado de forma digital por SILVIA
MARA BENTES DE SOUZA COSTA:4596
Dados: 2023.07.11 11:28:08 -03'00'

SÍLVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA
Juíza Auxiliar da Corregedoria

BRENO PECK DE BARROS
MELLO:74290452272

Assinado de forma digital por BRENO
PECK DE BARROS MELLO:74290452272
Dados: 2023.07.11 14:22:48 -03'00'

Breno Peck de Barros Mello
Analista da CGJ